CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:34 • Quarta-feira, 29 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



RAQUEL LYRA LIDERA CENÁRIOS de PRIMEIRO e SEGUNDO turno, mostra Quaest

PÁG. 2



Herança de João Campos: abandono de teatros históricos expõe descaso com

PÁG. 2



Obra milionária, problema antigo: requalificação da orla expõe falha histórica da Prefeitura do Recife

PÁG. 3

ARTIGOS



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

DEMOCRACIA NAS MÃOS DO POVO, NÃO NOS PALÁCIOS: A FORÇA DO ESTADO DE DIREITO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO PÁG. 5

"Temos que tratar bet igual tratamos cigarro", Ministro da Fazenda"

PÁG. 3



Pesquisadores da UFPE desenvolvem pavimento que absorve água da chuva e pode ajudar no combate aos alagamentos

PÁG. 3



Governo de Pernambuco garante Passe Livre Intermunicipal em versão digital para pessoas com deficiência

PÁG. 4



Em ano eleitoral, governo Lula amplia gastos com publicidade e pode desembolsar R$ 840 milhões

PÁG. 5

Herança de João Campos: abandono de teatros históricos expõe descaso com o patrimônio cultural do Recife

JAILTON JR./JC IMAGEM



Recife construiu sua identidade tendo a cultura como uma de suas maiores riquezas. Berço do frevo, do maracatu e de importantes movimentos artísticos, a capital pernambucana também abriga alguns dos teatros mais emblemáticos do Brasil. No entanto, a realidade vivida por esses equipamentos públicos revela um cenário que contrasta com o discurso de valorização da cultura: infiltrações, equipamentos obsoletos, estrutura precária e falta de investimentos suficientes para garantir o pleno funcionamento dos espaços.

A situação dos teatros municipais passou a simbolizar uma das heranças deixadas pela gestão de João Campos na Prefeitura do Recife. Profissionais que vivem diariamente os bastidores das artes afirmam que a realidade continua marcada pelo sucateamento e pela ausência de uma política permanente de preservação do patrimônio cultural.

Os problemas estruturais atingem equipamentos administrados pelo município, como os teatros Santa Isabel, Apolo, Hermilo Borba Filho, Barreto Júnior e Teatro do Parque. São espaços responsáveis por receber espetáculos, festivais, projetos de formação e atividades que movimentam toda a cadeia produtiva da cultura pernambucana.

O caso do Teatro de Santa Isabel chama ainda mais atenção. Tombado pelo patrimônio histórico e considerado um dos monumentos culturais mais importantes do país, o equipamento necessita de intervenções estruturais amplas para garantir sua preservação. Problemas acumulados ao longo dos anos seguem comprometendo o funcionamento de um dos principais símbolos da cultura recifense.

Nos bastidores, artistas e técnicos relatam dificuldades que vão muito além da aparência dos prédios. Equipamentos de iluminação e sonorização encontram-se defasados, estruturas apresentam limitações técnicas e muitas produções precisam levar seus próprios equipamentos para conseguir realizar espetáculos em condições adequadas.

A maior parte dos teatros públicos do Recife funciona de forma precária, apenas com estrutura básica, quando a cidade deveria possuir salas modernas e plenamente equipadas. Para o profissional, a falta de investimentos compromete não apenas a qualidade dos espetáculos, mas o próprio direito de produzir arte na capital pernambucana.

O cenário também evidencia uma inversão de prioridades. Enquanto grandes eventos recebem ampla visibilidade e elevados investimentos, equipamentos permanentes que sustentam a produção cultural durante todo o ano convivem com limitações estruturais. Sem teatros funcionando plenamente, companhias, produtores, técnicos e o próprio público acabam sendo prejudicados.

Mais do que prédios públicos, esses teatros representam parte da memória coletiva do Recife. O Santa Isabel foi palco de acontecimentos marcantes da história brasileira, enquanto o Apolo, Hermilo Borba Filho, Barreto Júnior e Teatro do Parque cumprem papel fundamental na formação de artistas e na democratização do acesso à cultura. Permitir que esses espaços se deteriorem significa colocar em risco um patrimônio que pertence a toda a sociedade.

A deterioração desses equipamentos evidencia que preservar o patrimônio cultural exige muito mais do que discursos e promessas. Exige planejamento, manutenção contínua e investimentos compatíveis com a importância histórica e cultural de uma cidade que faz da cultura um dos seus maiores símbolos. Enquanto isso não acontecer, o abandono dos teatros públicos continuará sendo uma das marcas mais preocupantes da herança deixada pela gestão de João Campos na condução do patrimônio cultural do Recife.

Raquel Lyra lidera cenários de primeiro e segundo turno, mostra Quaest

DIVULGAÇÃO



A nova pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta terça-feira (28), aponta um cenário de equilíbrio na disputa pelo Governo de Pernambuco. No levantamento de primeiro turno, a governadora Raquel Lyra (PSD) aparece com 43% das intenções de voto, enquanto o prefeito do Recife, João Campos (PSB), registra 37%. A diferença é de seis pontos percentuais, dentro da margem de erro de três pontos para mais ou para menos, configurando empate técnico no limite.

Na sequência aparecem Camila Falcão (UP), Ivan Moraes (PSOL) e Renan Hallais (Missão), todos com 1% das intenções de voto. Os eleitores indecisos representam 11%, enquanto 6% afirmaram que pretendem votar em branco, anular o voto ou não comparecer às urnas.

O levantamento mostra uma mudança em relação à pesquisa anterior da Quaest, divulgada em abril, quando João Campos liderava a corrida eleitoral. Agora, Raquel Lyra aparece numericamente à frente no cenário estimulado para o primeiro turno.

No cenário de segundo turno, a pesquisa também indica vantagem numérica da atual governadora. Raquel Lyra tem 45% das intenções de voto, contra 39% de João Campos. Outros 8% dos entrevistados disseram estar indecisos, e 8% afirmaram que votariam em branco, anulariam o voto ou não compareceriam às urnas.

Em comparação com o levantamento anterior, houve uma inversão no cenário. Em abril, João Campos aparecia com 46%, enquanto Raquel Lyra tinha 38%. Na nova pesquisa, a governadora cresceu sete pontos percentuais e o prefeito do Recife recuou na mesma proporção.

A pesquisa foi realizada entre os dias 22 e 26 de julho, com 900 entrevistas presenciais em municípios de todas as regiões do estado. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento foi encomendado pelo Banco Genial e está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número PE-09649/2026.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Obra milionária, problema antigo: requalificação da orla expõe falha histórica da Prefeitura do Recife

FOTO: MAURICIO FERRY/DP FOT



A requalificação da Orla de Boa Viagem, apresentada pela Prefeitura do Recife como uma das principais vitrines da gestão municipal, reacendeu uma reclamação que atravessa décadas e nunca foi resolvida. Nas proximidades do quiosque 27, comerciantes, trabalhadores e frequentadores denunciam que água escura, com forte mau cheiro, continua sendo despejada na praia, justamente durante a execução das obras.

O cenário levanta um questionamento inevitável: de que adianta investir na troca do calçadão, na modernização da paisagem e na valorização estética da orla se um dos problemas mais graves de infraestrutura permanece sem solução?

Segundo relatos de quem trabalha diariamente no local, a situação se repete há cerca de 40 anos. Sempre que chove, a água proveniente da drenagem urbana deságua na praia, carregando sujeira, resíduos e provocando mau cheiro. Além do impacto ambiental, o problema afasta banhistas, reduz o movimento dos comerciantes e compromete a imagem de um dos principais cartões-postais do Recife.

Durante as obras, equipes da Prefeitura utilizaram retroescavadeiras para limpar a rede de drenagem e instalar novas tubulações. No entanto, moradores e trabalhadores afirmam que a intervenção não resolve a origem do problema, já que a água continuará sendo lançada no mesmo ponto da praia. Para eles, a requalificação corre o risco de repetir erros do passado: uma obra bonita na superfície, mas incapaz de enfrentar os problemas estruturais.

A nova controvérsia ocorre poucos dias depois da repercussão envolvendo o corte de árvores durante as intervenções na orla. Agora, a administração municipal enfrenta novas críticas por priorizar aspectos visuais da obra sem apresentar uma solução definitiva para uma reclamação histórica da população.

Se confirmada a manutenção do atual sistema de drenagem, a cidade poderá inaugurar uma orla renovada, mas continuar convivendo com um problema que há décadas compromete a qualidade ambiental da praia e prejudica moradores, comerciantes e turistas.

A expectativa da população é que a Prefeitura aproveite a obra para solucionar definitivamente a drenagem da região, evitando que um investimento de grande porte termine marcado não apenas pela nova paisagem, mas também pela permanência de um velho problema que insiste em desaguar no mar do Recife.

Recife é a quinta capital brasileira com pior qualidade de vida, aponta IPS 2026

DIVULGAÇÃO



Recife está entre as capitais com pior qualidade de vida do Brasil. De acordo com o Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2026, a capital pernambucana ocupa a 23ª posição entre as 27 capitais, figurando como a quinta pior do país em qualidade de vida. O levantamento avalia dezenas de indicadores relacionados às necessidades básicas da população, bem-estar e oportunidades, incluindo saneamento, moradia, segurança, meio ambiente, saúde e educação.

O resultado reacendeu o debate sobre as prioridades da gestão municipal. Enquanto indicadores sociais permanecem em níveis preocupantes, dados do Portal da Transparência, divulgados pelo movimento PE nas Urnas, apontam que os gastos da Prefeitura do Recife com publicidade cresceram cerca de 158% nos últimos anos.

A discussão não está na importância da comunicação institucional, necessária para informar a população sobre serviços e políticas públicas. O questionamento levantado por especialistas e por setores da sociedade é se o ritmo de crescimento dessas despesas acompanha as necessidades mais urgentes da cidade.

Os problemas enfrentados pelos recifenses continuam recorrentes. Durante o período chuvoso, bairros voltam a registrar alagamentos. A mobilidade urbana permanece como alvo de reclamações diárias. A cidade também convive com desafios históricos na drenagem e no saneamento, fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida da população.

Nos últimos dias, novas polêmicas reforçaram esse cenário. A requalificação da Orla de Boa Viagem gerou críticas após moradores denunciarem o despejo de água escura e com mau cheiro na faixa de areia, problema considerado antigo e ainda sem solução definitiva. Antes disso, o corte de árvores durante as obras da orla também provocou reação de moradores e ambientalistas.

O próprio IPS Brasil evidencia que os maiores desafios do Recife estão justamente nas áreas mais sensíveis ao cotidiano da população, como infraestrutura urbana, segurança, qualidade ambiental e inclusão social. O contraste entre esses indicadores e o aumento dos investimentos em publicidade alimenta o debate sobre a destinação dos recursos públicos.

Embora a Prefeitura destaque investimentos em obras e programas urbanos, os dados do IPS mostram que esses esforços ainda não foram suficientes para retirar a capital do grupo das cidades com pior desempenho em qualidade de vida.

Mais do que uma disputa política, os números colocam em evidência uma discussão sobre gestão pública. Em uma cidade que ainda enfrenta enchentes, problemas de drenagem, mobilidade e saneamento, cresce a cobrança para que investimentos estruturantes tenham prioridade equivalente, ou superior, aos recursos destinados à promoção institucional da administração municipal.

Pesquisadores da UFPE desenvolvem pavimento que absorve água da chuva e pode ajudar no combate aos alagamentos



Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pode representar um avanço no enfrentamento dos alagamentos urbanos. Pesquisadores da instituição criaram um pavimento permeável capaz de absorver a água da chuva e permitir que ela infiltre no solo, reduzindo o volume de água que escoa para galerias pluviais e ruas durante temporais.

O projeto é conduzido pelo Grupo de Pesquisa em Pavimentos da UFPE, vinculado ao Departamento de Engenharia Civil, e busca oferecer uma alternativa sustentável aos revestimentos convencionais, que impedem a infiltração da água e contribuem para enchentes frequentes em áreas urbanizadas.

Segundo os pesquisadores, o material é produzido com uma mistura de cimento e agregados graúdos, formando uma estrutura com vazios que permite a passagem da água. Diferentemente do concreto tradicional, o pavimento funciona como uma espécie de filtro, absorvendo rapidamente a chuva e devolvendo a água ao subsolo.

De acordo com o professor Maurício de Pina Ferreira, coordenador da pesquisa, a tecnologia pode reduzir significativamente o escoamento superficial, um dos principais fatores responsáveis pelos alagamentos nas cidades.

> "A ideia é fazer com que a água infiltre no solo em vez de seguir diretamente para o sistema de drenagem, que muitas vezes não suporta o volume das chuvas intensas."

Os estudos realizados pela equipe indicam que o pavimento apresenta elevada capacidade de infiltração, permitindo a passagem de centenas de litros de água por minuto em cada metro quadrado, dependendo das condições do solo e da intensidade da chuva.

Além de contribuir para reduzir alagamentos, a tecnologia também favorece a recarga dos lençóis freáticos, diminui a formação de poças, reduz o risco de aquaplanagem e ajuda a minimizar as chamadas ilhas de calor, já que a água infiltrada contribui para manter temperaturas mais amenas no ambiente.

Os pesquisadores destacam que o material é indicado principalmente para locais com tráfego leve ou moderado, como calçadas, ciclovias, estacionamentos, praças, parques, condomínios e vias de baixa circulação. O grupo também trabalha para ampliar sua resistência e permitir futuras aplicações em ruas com maior fluxo de veículos.

Outro diferencial é o baixo impacto ambiental. O pavimento pode reduzir a necessidade de obras de drenagem de grande porte e contribuir para cidades mais resilientes diante das mudanças climáticas, que têm provocado chuvas cada vez mais intensas e concentradas.

A equipe da UFPE agora pretende ampliar os testes em campo para avaliar o desempenho do material em condições reais de uso. A expectativa é que a tecnologia desperte o interesse de prefeituras e da iniciativa privada, podendo ser incorporada a projetos de infraestrutura urbana voltados ao enfrentamento dos alagamentos, problema recorrente em cidades como Recife e outros municípios da Região Metropolitana.

Governo de Pernambuco garante Passe Livre Intermunicipal em versão digital para pessoas com deficiência

O Governo de Pernambuco deu mais um passo na modernização dos serviços públicos voltados às pessoas com deficiência. A partir da publicação do Decreto nº 61.074/2026, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência (SJDH), por meio da Secretaria Executiva de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPD), passa a disponibilizar o Cartão do Passe Livre Intermunicipal também em formato digital.

A iniciativa amplia o acesso ao benefício, oferecendo mais praticidade aos usuários. Com a nova medida, a carteira digital possui a mesma validade jurídica da versão física e passa a ser enviada por e-mail aos beneficiários após a aprovação da solicitação, podendo ser apresentada diretamente na tela do celular no momento da viagem, juntamente com um documento oficial de identificação.

DIVULGAÇÃO



Para a secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência, Joanna Figueirêdo, a medida fortalece a política de inclusão e aproxima os serviços públicos da população. "A transformação digital precisa caminhar junto com a promoção dos direitos humanos. Ao disponibilizarmos o Passe Livre também em formato digital, ampliamos o acesso a um serviço essencial, tornando-o mais simples, ágil e acessível para as pessoas com deficiência", afirmou.

O secretário executivo de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marconi Barkokebas, destacou que a novidade reduz etapas para os beneficiários e acompanha a modernização dos serviços oferecidos pelo Estado. "A carteira digital elimina a necessidade de retirada do documento físico e garante mais praticidade ao usuário, sem perder a segurança e a validade jurídica. É um avanço que facilita o exercício do direito à gratuidade no transporte intermunicipal", ressaltou.

A solicitação do benefício continua sendo realizada de forma online, por meio do site da SJDH, na aba do PE Livre Acesso Intermunicipal. Já os usuários que possuem a carteira física não precisam realizar um novo cadastro imediatamente. A versão digital será disponibilizada automaticamente no momento da renovação do documento.

O Passe Livre Intermunicipal garante às pessoas com deficiência física, visual, auditiva ou intelectual o direito à gratuidade no transporte coletivo intermunicipal em Pernambuco, promovendo mais autonomia, inclusão e acesso a direitos.

A implantação da versão digital reforça o compromisso do Governo de Pernambuco com a modernização dos serviços públicos, tornando o acesso às políticas públicas mais ágil, acessível e eficiente para a população.

Para reclamações, denúncias, elogios e sugestões, o cidadão pode entrar em contato com a Ouvidoria da SJDH, através dos seguintes contatos: Telefone Fixo: 0800 281 9555 / 3182-7607 WhatsApp: 81 98494 – 1749 E-mail: ouvidoria@sjdh.pe.gov.br. Ou, se preferir, através da Ouvidoria da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal, por meio do WhatsApp: 81 99177-2564, ou e-mail: ouvidoria@epti.pe.gov.br

Novas regras para CadÚnico, Bolsa Família e BPC entram em vigor; veja o que muda

Entraram em vigor as novas regras para o Cadastro Único (CadÚnico), sistema que reúne informações das famílias de baixa renda e serve de porta de entrada para programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). As mudanças buscam reforçar o controle sobre os benefícios, reduzir fraudes e tornar mais rigoroso o processo de cadastramento e atualização dos dados.

A principal alteração atinge as chamadas famílias unipessoais, compostas por apenas uma pessoa. A partir de agora, tanto a inscrição quanto a atualização cadastral desse grupo exigirão, obrigatoriamente, a realização de entrevista domiciliar por equipes da assistência social. A medida também será aplicada aos novos requerimentos do BPC para idosos e pessoas com deficiência que vivem sozinhos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, a mudança foi adotada após a identificação de um crescimento expressivo no número de cadastros de pessoas que declaravam morar sozinhas, situação que levantou suspeitas de inconsistências e possíveis fraudes para obtenção de benefícios sociais.

Outra novidade é que o governo federal terá até 31 de dezembro de 2026 para regulamentar todos os procedimentos operacionais que serão adotados pelos municípios, incluindo a forma de realização das visitas domiciliares, os critérios para atualização dos cadastros e os mecanismos de fiscalização.

MUDANÇAS SERÃO AMPLIADAS EM JULHO DE 2027

O cronograma prevê uma nova etapa de implantação. A partir de 1º de julho de 2027, as novas regras passarão a valer de forma definitiva em todo o país, encerrando o período de transição concedido aos municípios para adaptação.



Até lá, estados e prefeituras deverão adequar seus sistemas, capacitar entrevistadores, reorganizar as equipes do Cadastro Único e implementar os novos procedimentos exigidos pelo Governo Federal.

A expectativa é que, com a padronização nacional, seja possível aumentar a confiabilidade das informações cadastrais, reduzindo pagamentos indevidos e garantindo que os recursos cheguem às famílias que realmente atendem aos critérios dos programas sociais.

QUEM NÃO PRECISA SE PREOCUPAR

As mudanças não alteram os critérios de renda para acesso ao Bolsa Família nem ao Benefício de Prestação Continuada. Também não afetam famílias compostas por duas ou mais pessoas, que continuarão seguindo as regras atuais para inscrição e atualização cadastral.

Quem já recebe os benefícios continuará recebendo normalmente, desde que mantenha o Cadastro Único atualizado e cumpra as exigências previstas para cada programa.

OBJETIVO É COMBATER FRAUDES

O Governo Federal afirma que as novas exigências fazem parte de uma estratégia nacional para fortalecer o controle sobre os programas sociais. Nos últimos anos, auditorias identificaram um aumento significativo de registros de famílias unipessoais, muitas delas com indícios de irregularidades.

Com a obrigatoriedade da visita domiciliar, a administração federal pretende confirmar se o beneficiário realmente mora sozinho e se atende aos requisitos legais para receber o benefício.

ORIENTAÇÃO AO BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários devem manter seus dados sempre atualizados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou no setor responsável pelo Cadastro Único do município.

Alterações de endereço, renda, composição familiar ou telefone devem ser comunicadas imediatamente. O descumprimento dessas obrigações pode resultar em bloqueio, suspensão ou até cancelamento do benefício após a análise do cadastro.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social reforça que as novas regras buscam aumentar a transparência, melhorar a gestão dos programas sociais e garantir que os recursos públicos sejam destinados às famílias que realmente necessitam do apoio do Estado.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

DEMOCRACIA NAS MÃOS DO POVO, NÃO NOS PALÁCIOS: A FORÇA DO ESTADO DE DIREITO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO

Em tempos de tensões políticas, discursos extremos e crescente desconfiança nas instituições, a democracia brasileira enfrenta um dos seus maiores desafios: preservar o equilíbrio entre a liberdade de expressão, o direito à divergência e o respeito às regras que garantem a convivência em sociedade.

Foi nesse cenário que a ministra Cármen Lúcia, durante a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), apresentou uma reflexão que ultrapassa os limites do Judiciário e alcança toda a sociedade. Ao afirmar que "democracia é modelo e prática de convivência humana. Não se acanha nos ambientes institucionais dos Estados, não começa nem termina na política. Na vida pode-se praticar ou não a democracia", a ministra resgatou uma ideia fundamental: a democracia não é apenas um sistema de governo, mas uma cultura que precisa ser exercitada diariamente.

A democracia não pertence aos palácios, aos tribunais, aos partidos políticos ou aos ocupantes temporários do poder. Ela pertence ao povo. É construída na participação popular, no respeito às diferenças, na liberdade de pensamento e na compreensão de que uma sociedade plural não pode ser guiada pela imposição de uma única visão de mundo.

O Estado de Direito nasce justamente para impedir que a força substitua a razão, que interesses individuais estejam acima das normas coletivas e que governantes ou grupos políticos tenham poder ilimitado. A Constituição Federal representa esse pacto civilizatório: estabelece direitos, define deveres e determina os limites de atuação de todos, inclusive daqueles que exercem funções públicas.

A história demonstra que democracias raramente desaparecem de um dia para o outro. Muitas vezes, elas são enfraquecidas gradualmente, quando a intolerância passa a ser aceita como método político, quando instituições são atacadas por conveniência, quando adversários deixam de ser vistos como cidadãos com opiniões diferentes e passam a ser tratados como inimigos.

O Brasil viveu, nos últimos anos, uma intensa disputa de narrativas, marcada por uma profunda polarização. O debate político, essencial em qualquer democracia, muitas vezes foi substituído pela lógica do confronto permanente. Redes sociais transformaram divergências em batalhas, e a circulação de informações falsas passou a desafiar a capacidade da sociedade de construir decisões baseadas em fatos.

Nesse ambiente, o fortalecimento das instituições democráticas se torna ainda mais necessário. A independência entre os Poderes, a atuação da Justiça, a fiscalização dos atos públicos e a existência de uma imprensa livre são pilares que protegem a sociedade contra abusos e excessos.

Mas a defesa da democracia também exige responsabilidade institucional. Nenhuma autoridade, nenhuma instituição e nenhum grupo político está acima das críticas. O Estado de Direito não significa ausência de questionamentos; significa que os conflitos devem ser resolvidos dentro das regras democráticas, pelo diálogo, pelos instrumentos legais e pelo respeito à Constituição.

A fala da ministra Cármen Lúcia chama atenção para um ponto muitas vezes esquecido: a democracia começa nas pequenas relações humanas. Está presente quando uma pessoa respeita uma opinião diferente, quando uma comunidade debate seus problemas, quando cidadãos participam das decisões públicas e quando direitos fundamentais são reconhecidos mesmo para aqueles com quem não concordamos.

Uma democracia madura não exige que todos pensem da mesma forma. Pelo contrário. Sua grandeza está justamente na capacidade de reunir diferentes pensamentos, ideologias, culturas e experiências em torno de um princípio comum: ninguém pode ser excluído do direito de participar da construção coletiva da sociedade.

O maior desafio democrático do Brasil não está apenas em preservar instituições, mas em fortalecer uma consciência democrática entre os cidadãos. Porque leis e estruturas são indispensáveis, mas nenhuma democracia sobrevive sem valores compartilhados.

A democracia não pode ser propriedade de governos, partidos ou lideranças políticas ou instituições. Ela precisa permanecer onde sempre deveria estar: nas mãos do povo.

Nos palácios, existem autoridades temporárias. Nas instituições, existem funções públicas. Mas é na sociedade que a democracia encontra sua verdadeira razão de existir.

Em tempos de polarização, defender o Estado de Direito é defender a ideia de que ninguém está acima da lei, de que toda voz tem espaço dentro dos limites da convivência democrática e de que o futuro de uma nação não pode ser construído pelo ódio, mas pelo compromisso permanente com a liberdade, a justiça e o respeito.

Em ano eleitoral, governo Lula amplia gastos com publicidade e pode desembolsar R$ 840 milhões

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) intensificou os investimentos em publicidade institucional em 2026 e poderá gastar até R$ 840 milhões com campanhas de comunicação ao longo do ano. O montante reúne os R$ 255,3 milhões já desembolsados entre janeiro e junho e outros R$ 584,7 milhões previstos para execução até outubro, período anterior às restrições mais severas impostas pela legislação eleitoral.

O volume de recursos chama a atenção por representar um dos maiores já destinados à publicidade oficial em um ano de eleições e reacende o debate sobre os limites entre a divulgação de ações de governo e a promoção institucional de quem ocupa o poder.

Embora a publicidade institucional seja autorizada por lei para informar a população sobre programas, serviços e políticas públicas, especialistas em direito eleitoral defendem que esse instrumento deve ser utilizado com cautela durante anos eleitorais, evitando que campanhas financiadas com recursos públicos produzam vantagens políticas para candidatos à reeleição ou apoiados pelo governo.

Outro ponto que tem gerado questionamentos é a legislação em vigor. As regras atuais limitam os empenhos com publicidade institucional no período eleitoral, mas não impedem que despesas contratadas anteriormente continuem sendo pagas e veiculadas. Para especialistas, essa diferença abre espaço para concentrações elevadas de gastos antes do início das restrições previstas na legislação.

O crescimento das despesas também ocorre em um momento em que o governo federal defende medidas de

DIVULGAÇÃO



ajuste fiscal e busca ampliar a arrecadação para equilibrar as contas públicas. Nesse contexto, o aumento dos investimentos em propaganda oficial passou a ser alvo de críticas por parte de setores da oposição, que questionam a prioridade dada à comunicação institucional diante das dificuldades enfrentadas em áreas como saúde, segurança pública e infraestrutura.

Além do volume de recursos, outro tema recorrente é a distribuição das verbas publicitárias entre veículos de comunicação. Os critérios utilizados para definir a destinação desses recursos frequentemente alimentam discussões sobre transparência, isonomia e eventual influência da publicidade estatal sobre o ambiente de comunicação.

Nos últimos meses, campanhas federais de grande alcance foram veiculadas em rádio, televisão, internet e mídias digitais para divulgar programas e ações do governo. Apesar de o Executivo sustentar que as peças possuem caráter exclusivamente informativo, adversários políticos entendem que a intensidade da publicidade em ano eleitoral extrapola esse objetivo e contribui para fortalecer a imagem da administração perante o eleitorado.

O tema já motivou questionamentos na Justiça Eleitoral e volta a colocar em discussão a necessidade de aperfeiçoar as regras que disciplinam a publicidade oficial em períodos eleitorais, buscando garantir que recursos públicos sejam utilizados exclusivamente para informar a população, preservando o equilíbrio da disputa democrática.